Organizadoras
Eva Waisros Pereira
Laura Maria Coutinho
Maria Paula Vasconcelos Taunay

Rupturas e desafios da educação no DISTRITO FEDERAL (1964 - 1985)



EDITORA
UnB

Universidade de Brasília

Reitora Rozana Reigota Naves
Vice-Reitor Márcio Muniz

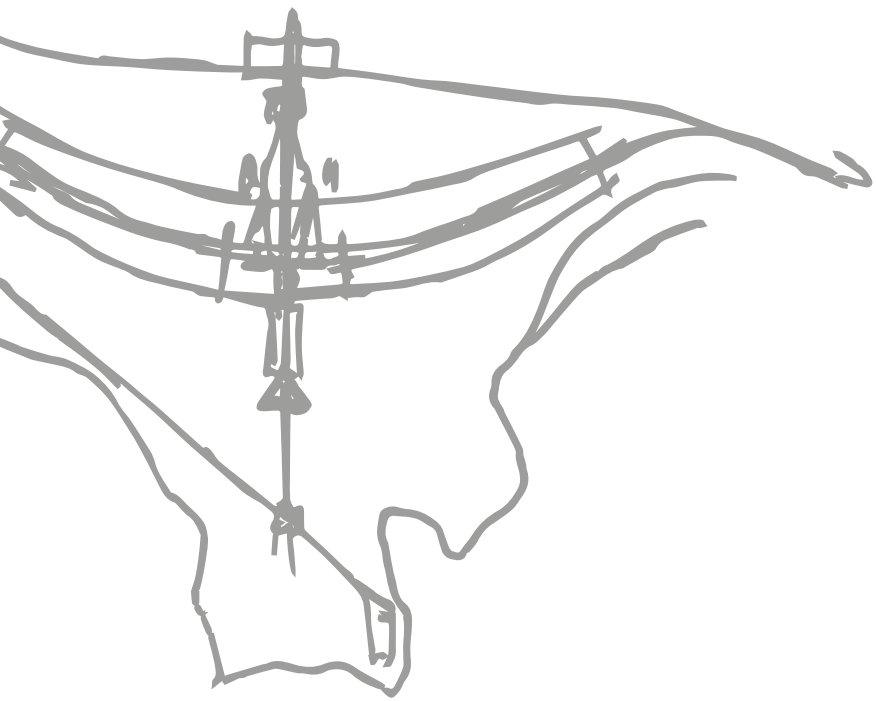
EDITORA
UnB

Diretora Marina Dourado Lustosa Cunha

Conselho editorial
Andrey Rosenthal Schlee
Biagio D'Angelo
Carina Luísa Ochi Flexor
Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo
Josivânia Silva Farias
Maria Carmem Aires Gomes
Maria do Socorro Neri de Sousa
Maria Filomena Pinto da Costa Coelho
Marina Dourado Lustosa Cunha
Nilce Santos de Melo
Rosineide Magalhães de Sousa

Organizadoras
Eva Waisros Pereira
Laura Maria Coutinho
Maria Paula Vasconcelos Taunay

Rupturas e desafios da educação no DISTRITO FEDERAL (1964 - 1985)



EDITORA
UnB

Equipe editorial

Coordenação de produção editorial Marília Carolina de Moraes Florindo

Assistência editorial Jade Luísa Martins Barbalho

Revisão Jeane Pedrozo

Diagramação Wladimir de Andrade Oliveira

Padrão visual/Capa Mauro Liz (2011)

© 2023 Editora Universidade de Brasília

Editora Universidade de Brasília
Centro de Vivência, Bloco A – 2ª etapa, 1º andar
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília-DF
CEP: 70910-900
(61) 3107-3700
www.editora.unb.br
editora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização expressa da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UNB)

R947 Rupturas e desafios da educação no Distrito Federal (1964 – 1985) [recurso eletrônico] / organizadoras, Eva Waisros Pereira, Laura Maria Coutinho, Maria Paula Vasconcelos Taunay. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2025.
552 p.

Formato PDF.
ISBN 978-65-5846-243-9.

1. Educação – Brasília (DF) – História. 2. Ditadura. I. Pereira, Eva Waisros (org.). II. Coutinho, Laura Maria (org.). III. Taunay, Maria Paula Vasconcelos (org.).

CDU 37(817.4)(09)

Heloiza dos Santos – CRB 1/1913

Sumário

APRESENTAÇÃO.....14

Parte I
OUTROS ARES SOPRAM

Capítulo 1
Contexto sociopolítico em 1964: a capital ocupada.....21
Claudia Paiva Carvalho
Cristiano Paixão

Capítulo 2
A educação tecnicista no golpe militar de 1964.....46
Raquel de Almeida Moraes

Capítulo 3
Financiamento da educação no Distrito Federal: o período autoritário.....62
Jorge Abrahão de Castro

Capítulo 4
Estudo comparado da educação escolar em instituições públicas e privadas do Distrito Federal (1964-1984) 79
José Luiz Villar Mella

Parte II
PENSADORES DA EDUCAÇÃO APARTADOS

Capítulo 5
Anísio Teixeira: pensamento silenciado, ação interrompida 95
Eva Waisros Pereira

Capítulo 6

Paulo Reglus Neves Freire, Brasília, 1964 130

Laura Maria Coutinho

Capítulo 7

Darcy Ribeiro: trajetória, exílio e pós-exílio.....156

Haydée Ribeiro Coelho

Parte III

EDUCAÇÃO, AUTORITARISMO E REPRESSÃO

Capítulo 8

O elefante branco: uma escola com o nome de resistência.....175

Eliane Brito

Capítulo 9

Organização de docentes do Distrito Federal: a repressão no período da ditadura militar 194

Antonio Carlos Andrade de Souza

Erlando da Silva Rêses

Capítulo 10

Centro Integrado de Ensino Médio, Ciem: uma escola inovadora no período da ditadura militar 221

Ariane Abrunhosa

Denise Farage

Mariana Penna

Capítulo 11

Tecnologias da educação na nova capital: desenganos e êxitos 254

Maria Paula Vasconcelos Taunay

Raquel de Almeida Moraes

Parte IV
O OCASO DE UMA PROPOSTA TRANSFORMADORA

Capítulo 12
O golpe militar de 1964 e suas consequências sobre o plano educacional de Anísio Teixeira.....278
Leila Chalub Martins

Capítulo 13
O papel da tipologia das escolas classe na definição do lugar escola no Plano Piloto de Brasília.....303
Samira Bueno Chahin

Capítulo 14
Educação de jovens e adultos trabalhadores: concepções e práticas em disputa.....315
Leila Maria de Jesus Oliveira
Maria Margarida Machado

Capítulo 15
Educação negada: a luta dos moradores da Vila Paranoá pelo direito de estudar.....354
Leila Maria de Jesus Oliveira
Ricardo Gonçalves Pacheco

Parte V
MUDANÇAS NO CURRÍCULO ESCOLAR E NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS

Capítulo 16
Fios e tramas da memória: a cultura cívico-patriótica na escola pública do Distrito Federal (1964-1985).....376
Antonio Fávero Sobrinho
Valéria Nely Cézar de Carvalho

Capítulo 17

Estudo de um caderno de teoria e prática de ensino na matemática da Escola Normal da Ceilândia.....403

Rosália Policarpo Fagundes de Carvalho

Edilene Simões Costa dos Santos

Carmyra Oliveira Batista

Mônica Menezes de Souza Batista

Capítulo 18

Imagens da cidade e da escola: sobre a atualidade da proposta da escola parque para a capital.....423

Maria Andreza Costa Barbosa

Maria Lídia Bueno Fernandes

Parte VI

BRECHAS, ESPAÇOS ALTERNATIVOS E RESISTÊNCIA

Capítulo 19

Wladimir Murtinho e sua atuação na educação e na cultura do Distrito Federal 452

Maria Paula Vasconcelos Taunay

Capítulo 20

Projeto integrado de educação ambiental de Ceilândia: uma experiência inovadora em terreno minado.....482

Vera Margarida Lessa Catalão

Josefina Reis de Moraes

Capítulo 21

Entre livros e artes, uma escolinha de criatividade e uma biblioteca infantil na 104/304 Sul.....501

Luciana de Maya Ricardo

Alice Fátima Martins

Capítulo 22
Um olhar literário sobre Brasília: textos inaugurais e escrituras da resistência 521
Maria Alexandra Militão Rodrigues

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....541
Eva Waisros Pereira
Laura Maria Coutinho
Maria Paula Vasconcelos Taunay

SOBRE OS AUTORES 545

Parte IV
O OCASO DE UMA PROPOSTA TRANSFORMADORA

Capítulo 14

Educação de jovens e adultos trabalhadores: concepções e práticas em disputa

Leila Maria de Jesus Oliveira
Maria Margarida Machado

> *"Numa visão mercantilista a educação do adulto visa tão somente aumentar a produção e melhorar a qualidade do produto. Mas, numa visão humanista e social, a educação deve ter como primeiro e mais importante objetivo despertar no educando uma consciência crítica de si mesmo e do mundo, fornecendo a ele instrumentos através dos quais possa participar e interferir no processo da sua vida e da vida do país".* Pronunciamento de Pompeu de Sousa na X Conferência de Educadores do DF (Distrito Federal, 1985, p. 27).

A reconstituição de processos históricos pode seguir diferentes caminhos e alcançar objetivos diversos. No caso da pesquisa realizada, o caminho traçado foi a busca por registros oficiais sobre a educação de jovens e adultos no Distrito Federal (DF), nas décadas de 1950 a 1980, por produções acadêmicas que retratassem o tema e pela escuta a depoentes que atuaram nessa modalidade de educação. O principal objetivo foi o de reconstituir a

história da educação de jovens e adultos trabalhadores do DF, desde os seus primórdios, quando a capital ainda era um canteiro de obras, até o final do regime militar, no ano de 1985.

Esta reconstituição histórica analisou os documentos oficiais localizados nos acervos e arquivos do Distrito Federal, que constam das referências deste capítulo, bem como as informações presentes em *sites* e *homepages*.

Na educação do DF, ações de alfabetização estavam isoladas dos processos de continuidade de estudos para jovens e adultos trabalhadores. Embora não haja a intenção de reforçar essa visão, optamos por apresentar este estudo com ênfase a dois momentos dos processos educativos, nos subitens deste capítulo.

As reflexões decorrentes da pesquisa evidenciaram, entre as práticas educativas identificadas, primeiramente, as ações de alfabetização de adultos no contexto do final da década de 1950 e início de 1960, utilizando-se ou não do referencial freiriano. Tais ações foram reprimidas, principalmente pelos governos do regime militar, após o golpe de 1964. Por último, abordaremos a oferta oficial de cursos noturnos de caráter supletivo, que também recebeu um significativo impulso na rede pública e privada de ensino, a partir dos anos 1970.

Alfabetização de adultos e conscientização política

"Povo analfabeto é povo escravo.
Matricule-se no Círculo de Cultura mais próximo.
Aprenda a ler e escrever."

A epígrafe que inicia este texto era o chamamento, pelo serviço de alto-falante, que mobilizava a população em 1964 para os círculos de cultura (Barbosa *et al.,* 1980), experiências de alfabetização de adultos no Distrito Federal. Todavia, o primeiro registro que localizamos sobre a alfabetização de adultos consta da Exposição de Motivos do Ministério da Educação e Cultura (MEC), presente no Decreto Presidencial n.º 47.472, de 22 de

dezembro de 1959, que institui a Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília (Caseb) na seguinte afirmação: "Até o momento vem a Novacap mantendo e administrando as escolas primárias de Brasília; as escolas secundárias são particulares e as de alfabetização de adultos são mantidas por este Ministério." Outra referência a estas classes de alfabetização foi localizada em uma nota na Revista de Educação, edição n.º 41, fascículo de outubro-novembro-dezembro de 1959, periódico publicado pela Secretaria de Educação e Cultura de Goiás, intitulada: *124 Classes para alfabetização dos trabalhadores em Brasília.* A nota faz referência à notícia veiculada no Boletim Mensal de Educação de Adultos, ano II, n. 3, junho de 1959, de publicação do MEC e destaca a abertura de oito novas classes de educação de adultos, elevando o quantitativo a 124 turmas na capital em construção. Destaca-se, ainda, a colaboração de representantes do Ipase, Iapi, IAPC, IAPB, IAPETC, CAPFESP e Fundação Casa Popular à Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos do MEC, que, "além de contribuírem com as escolas, ainda facilitam o estudo dos trabalhadores, dispensando-os do serviço, uma hora por semana, a fim de frequentarem as aulas" (Goiás, 1959, p. 22).

A presença do MEC nas ações de alfabetização de adultos no DF será uma constante no período analisado, seja pela ação indutora de programas que tiveram curta duração, como no caso do Plano Nacional de Alfabetização (PNA), extinto pelo golpe militar, em 1964, ainda em sua implantação; seja por ações de longa duração, como no caso do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), que se estendeu até 1985.

As pesquisas identificaram, no cenário das ações de alfabetização de adultos no DF, outros atores e diferentes concepções de alfabetização. Além do MEC, a Universidade de Brasília (UnB) teve um papel de destaque na oferta de alfabetização de adultos desde a sua origem, por meio de ações extensionistas coordenadas por seus professores, com o suporte do movimento estudantil. Outros agentes que se destacaram nessa pauta

foram as igrejas, as associações de moradores, os sindicatos e as organizações populares constituídas, principalmente, nos últimos anos do regime militar.

No que concerne às concepções de alfabetização, cabe destaque à influência de Paulo Freire e seu referencial pedagógico de educação emancipatória, em práticas propostas por órgãos oficiais, como MEC e UnB, e em diferentes organizações da sociedade civil. Embora esses referenciais tenham sido reprimidos durante os anos da ditadura, eles permaneceram influenciando práticas de alfabetização, e foram retomados nos últimos anos desse regime em várias experiências, principalmente nas cidades-satélites e no entorno de Brasília.

Em contraposição à proposta de uma alfabetização conscientizadora, o Mobral irá oficialmente se somar às concepções de formação na perspectiva da teoria do capital humano (Paiva, 2003), cuja característica central para educação era a de responder aos interesses imediatos do mercado de trabalho, presentes nas reformas educacionais do período, embora, em pesquisas mais recentes sobre o movimento, tenham sido encontrados depoimentos de monitores que afirmavam ter utilizado diferentes práticas pedagógicas para alfabetização, inclusive com referenciais freirianos.

O espaço disputado por atores e concepções diferentes pode ser constatado quando se busca reconstituir a história da alfabetização de adultos no DF, outro fator de destaque é a mudança no cenário populacional desta capital. O Censo experimental de Brasília (IBGE, 1959) relatou o fraco crescimento populacional registrado pelos censos anteriores na região onde abrigaria a capital, quadro que muda radicalmente com o início das obras da construção de Brasília a partir do final de 1956.

Registra o censo que a população decuplicou em menos de três anos considerando-se a população inicial de 6 mil pessoas, o que levou ao crescimento médio mensal de 2.500 pessoas no último intervalo censitário, ou seja, entre julho de 1957 a maio de 1959. A densidade demográfica do DF passou, no intervalo de dois anos e meio, de 1 para 11 habitantes por

quilômetro quadrado. Um volume acima da média nacional e da região Centro-Oeste. Partindo do Censo experimental de 1959 ao Censo demográfico de 1980, pode-se observar o crescimento populacional no DF.

Tabela 14.1: População do Distrito Federal total, 15 anos e mais e segundo analfabetismo – 1959 a 1980

Ano	Pop. total	Pop. 15 anos e mais	Não sabem ler e escrever
1959	64.314	45.043	*
1960	139.796	96.095	26.673
1970	535.079	307.685	53.938
1980	1.176.935	732.258	85.798

Fonte: IBGE (1959, 1960, 1970, 1980).

* Neste censo experimental, 19.844 pessoas declararam não frequentar ou nunca ter frequentado a escola.

Ao se comparar os percentuais de analfabetismo no DF com a maioria dos estados brasileiros e mesmo a taxa nacional de analfabetismo para a década de 1980, que era de 26%, a realidade no DF é bem menor. Todavia, quando observamos os valores absolutos, que representam efetivamente as pessoas que não sabem ler e escrever, verificamos que, a cada década, esse quantitativo ilustra a ausência histórica de políticas públicas nessa área, o que reforça ainda mais a necessidade de constituirmos historicamente o que foi feito pelos governos e por setores da sociedade civil para enfrentar essa situação.

A alfabetização de adultos na nova capital induzida pelo governo federal

Como identificado na exposição de motivos do decreto que instituiu a Caseb, em 1959, era o MEC o órgão responsável pela política de alfabetização de adultos em nível nacional e, portanto, pelas iniciativas que aconteciam no DF, antes da transferência da capital, em 1960. Os desdobramentos que se deram no processo de organização do sistema educacional de Brasília por essa comissão, de graus elementar e médio, não mencionam, diretamente,

ações voltadas para atender o público jovem e o adulto trabalhador, em defasagem com processos de escolarização.

De acordo com a publicação que comemorou os 40 anos da educação em Brasília (Distrito Federal, 2001), o projeto idealizado de escolas classe, escolas parque e centros educacionais foi pensado para atender a demanda de crianças e adolescentes. A presença de adultos só é mencionada nos relatórios da Caseb, quando se referem aos Centros Culturais e de Recreação para a Comunidade, onde estes eram esperados para atividades de aprendizagem de trabalho ou para práticas esportivas. Porém, reconhece que a escola noturna e o atendimento a jovens e adultos trabalhadores foi ocupando o cenário desse sistema educacional em construção.

A especificidade das experiências em alfabetização de adultos no DF aparece relatada em trabalho acadêmico realizado por estudantes de mestrado da UnB, intitulado: *A experiência de aplicação do Sistema Paulo Freire de Alfabetização em Brasília, em 1963* (Barbosa *et al.,* 1980). Nas entrevistas desta pesquisa, os depoentes afirmam ter outras experiências de alfabetização ocorrendo naquele início da capital, ainda nos canteiros de obra. Segundo os autores, o Dr. Inezil Pena Marinho

> Disse ter trabalhado num outro projeto de alfabetização de adultos, nos anos de 58, 59 e 60, entre operários da construção civil. Esses cursos eram dados nos próprios acampamentos de obras; os funcionários e engenheiros das firmas atuavam como professores e as classes funcionavam nos refeitórios das firmas. Chegaram a funcionar 293 classes, atingindo cerca de 10.000 alfabetizandos. (Barbosa *et al.,* 1980)

Outro depoente, Francisco Salles, chefe do Centro Social da Fundação de Serviço Social em Sobradinho, no período de 1962 a 1965, informou que,

> [...] ao assumir a chefia do Centro Social, em 1962, baseando-se em sua experiência com Escolas Radiofônicas no Rio de Janeiro - o Sistema Sirena, do MEC - resolveu desenvolver experiência similar em Sobradinho.

> Fez, contando com o trabalho do pessoal do Centro, levantamento inicial sobre "lideranças" existentes, e conseguiu 38 monitores, que foram de casa em casa, levantando o número de analfabetos e sensibilizando para o programa a ser implantado. Segundo o depoente o número de analfabetos encontrados foi muito pequeno, e talvez por este motivo, o interesse pelo curso foi decrescendo, a experiência "desmanchou-se". (Barbosa *et al.,* 1980)

Destaca-se, nesse depoimento, a menção ao vínculo, se não institucional direto, mas pedagógico, com experiências já induzidas pelo MEC, como foi o caso das escolas radiofônicas. Elemento importante é o envolvimento pessoal dos profissionais de outras áreas, não apenas da educação, como no caso dos profissionais da área da assistência social, em ações de alfabetização de adultos. Isso é destacado no contexto dos anos 1960 e retornará em experiências dos anos 1980, como veremos mais adiante.

Embora o depoente afirme que a descontinuidade das ações de alfabetização, naquela experiência da cidade-satélite de Sobradinho, ocorreu por falta de pessoas não alfabetizadas, é pouco provável poder acreditar nessa sua interpretação, pois, como já mencionamos, os dados do IBGE (1960) indicavam que 28% da população de 15 anos e mais do DF não sabiam ler nem escrever. A realidade, não apenas do Plano Piloto, mas de todas as cidades-satélites de Brasília, à medida que a construção da cidade foi avançando ou não, era de um número crescente de migrantes de todos os cantos do país, para trabalhar na construção civil, sendo uma imensa maioria de trabalhadores sem escolarização.

Às dificuldades concretas que a nova capital vivia relacionavam-se à garantia de escolas para todos, principalmente para jovens e adultos trabalhadores.

> A desaceleração do ritmo de construção civil, a ausência de setor industrial, a não diminuição do fluxo migratório para Brasília — face a problemas como seca, no Nordeste — e a

> falta de planejamento, ao nível de governo, de novos investimentos públicos que deslocassem de Brasília mão-de-obra, equipamentos, etc. para outras frentes pioneiras, torna grave o problema de desemprego, com suas óbvias consequências sociais. Grande parte da população é marginalizada, pela impossibilidade de absorção em uma atividade permanente. As Companhias construtoras, devido à desaceleração do ritmo das obras, destroem os "acampamentos", e os operários e mesmo famílias que neles moravam transferem-se para "invasões" e cidades-satélites. (Barbosa *et al.,* 1980, p. 20-21)

É nesse contexto, em especial no período final do governo João Goulart, que o MEC, por meio da Portaria Ministerial n.º 195, de 8 de julho de 1963, em seu art. 1º: "Institui junto ao Gabinete do Ministro uma Comissão de Cultura Popular"; e ainda informa, no art. 2º: "Essa Comissão será integrada por cinco membros designados por Portaria Ministerial" (Brasil, 1963). O educador Paulo Freire é nomeado presidente dessa comissão. No dia 23 de junho, outra portaria, a de número 233, definiu os objetivos daquela comissão e criou, ainda, as Comissões Regionais de Cultura Popular, com a finalidade de realizar pesquisas relacionadas aos temas da cultura popular em geral, mas a questão da educação ocupou a principal pauta das comissões, com ênfase nas questões do analfabetismo no Brasil.

A revista Brasília, de publicação da Novacap, editada mensalmente de janeiro de 1957 a maio de 1963, cumprindo com a determinação de fazer registro e divulgação da nova capital, publicou, na edição ano 7, n. 65-81, artigo de Leão Filho (1963), intitulado "A Revolução dos Analfabetos", no qual apresenta um resgate da trajetória de Paulo Freire para chegar à Comissão Nacional de Cultura Popular (CNCP), da ampliação e dos convênios do projeto, citando Brasília como o exemplo a ser seguido pelas demais unidades da Federação. Dentro do Sistema Paulo Freire, segundo esse autor, a CNCP pôs em funcionamento, em Brasília, 95 círculos de cultura, nas cidades-satélites de Taguatinga, Sobradinho e Gama. É a primeira

parte de um projeto de três etapas, cuja execução deveria se concluir no primeiro semestre do ano de 1964, tendo alfabetizado cerca de 40 mil pessoas, em toda a área do DF, isto é, a totalidade da população de analfabetos adultos indicada pelas estatísticas locais. O autor ainda afirma sobre os círculos de cultura no DF:

> Quanto aos aspectos organizacionais do Sistema Paulo Freire, os círculos de Taguatinga, Sobradinho e Gama, além dos círculos extraordinários em funcionamento para servidores da Novacap e Prefeitura, no Plano Piloto, todos eles oferecem um testemunho de singeleza. Coordenadores, assistidos direta e diuturnamente por supervisores, todos eles selecionados e preparados pela equipe do professor Paulo Freire, trabalham todas as noites, num expediente de quatro horas, muitos em suas próprias casas ou em salas e barracos cedidos por terceiros. O aparelhamento das salas é o mais sumário. Alguns bancos rústicos de madeira, um projetor de strip-film, o quadro-tela e as fichas-roteiro. Em cada sala, com o mesmo coordenador, dois círculos por noite, de hora e meia cada um. Aos sábados, reúnem-se os supervisores para fazer sua autocrítica e procurar solução para os diversos problemas de cada setor.
>
> Na sua maioria, os supervisores de Brasília são estudantes, professores primários e funcionários públicos. Os coordenadores, quase todos, são operários, nem todos possuindo o curso primário completo, mas que, não obstante, após o treinamento, revelaram plena aptidão para o novo mister, além da vantagem de residirem nos locais onde estão os círculos. (Leão Filho, 1963, p. 77)

A presença do movimento estudantil, nas ações de alfabetização de adultos no DF, aparece relatada na imprensa local, com destaque para o trabalho dos estudantes secundaristas em parceria com a Secretaria de Educação e Cultura do DF (SEC/DF). Em reportagem do jornal Correio Braziliense, de 3 de março de 1964, há um registro histórico sobre estudantes secundaristas que atuavam com turmas de alfabetização de adultos no Plano Piloto, desde 1960. Registra a matéria que um grupo inicial fundado por Mário Nelson Duarte, Regina Lúcia Pinheiro e outros pioneiros instalaram-se

na escola parque e, despejados, começaram a dar aulas na rua, na Avenida W3, o que levou, posteriormente, a conseguirem um galpão na quadra 307, em 1961. Segundo relato da professora Marta Cintra, em depoimento ao Museu da Educação do Distrito Federal, em 22 de setembro de 2006, o galpão referido funcionava onde hoje situam as quadras poliesportivas da Escola Parque da 307 Sul.

Essa iniciativa foi interrompida e, no ano de 1963, retomada por ação da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Brasília (Umesb), fundada em 1962, formalizando a criação do Centro de Cultura Popular, organizando e instalando aulas de alfabetização de adultos nas superquadras 106 e 206, com o apoio do superintendente de Educação da SEC/DF, Eleazar Rosa. A reportagem destaca, ao final, que a SEC/DF iniciou o ano de 1964 com abertura de 6 escolas para os cursos noturnos: nas superquadras 106, 108, 114, 206, 304 Sul e Asa Norte. O início dos cursos noturnos ocorreu no dia 2 de março de 1964 e contou com a participação do ministro Júlio Sambaquy na aula inaugural que discursou "aos estudantes e a todos aqueles que sentem remorsos pelo pouco que se fez até hoje pelos verdadeiros fundadores de Brasília", destaca a matéria jornalística (Jean, 1964).

No campo da legislação, ressalta-se o Decreto n.º 53.465, de 21 de janeiro de 1964, que instituiu o Programa Nacional de Alfabetização e indicou a opção metodológica para a alfabetização de adultos e os mecanismos para sua operacionalização, conclamando ao "esforço nacional concentrado para a eliminação do analfabetismo" (Brasil, 1964). Conforme o decreto, por estarem comprovadas pelo Ministério da Educação e Cultura as vantagens do Sistema Paulo Freire para a alfabetização de adultos, fica este instituído como sistema oficial para o Programa Nacional de Alfabetização.

Esse decreto identificado como a principal meta do governo, no campo da educação popular e educação de adultos, já resulta também das experiências realizadas nos círculos de cultura que foram coordenados por Paulo Freire, no Distrito Federal, em 1963. Há registros dessas experiências,

disponibilizados no Portal dos Fóruns de EJA, que foram recolhidos pela pesquisa sobre memória e história da educação popular e da educação de jovens e adultos, coordenada pelo professor Osmar Fávero, da Universidade Federal Fluminense (Fávero, 2009).

Destaca-se, contudo, que o Decreto n.º 53.465 vigorou por pouco tempo, uma vez que foi revogado pelo Decreto n.º 53.886, de 14 de abril de 1964, sob a alegação de necessidade de reestruturar o planejamento das ações de eliminação do analfabetismo e ainda "que o material a ser empregado na Alfabetização da População Nacional deverá veicular ideias nitidamente democráticas e preservar as instituições e tradições de nosso povo". O decreto determina ainda o recolhimento de todo acervo utilizado para a execução do Programa Nacional de Alfabetização.

Em capítulo específico, neste livro, há várias reflexões que contribuem para a compreensão sobre quem foi Paulo Freire, sua trajetória em Brasília e os sentidos que podem ser atribuídos à experiência realizada nos poucos meses de existência na capital federal, até a revogação do decreto que criou o PNA. Neste capítulo, será abordada a tensão vivida na capital federal, no contexto de implantação do Sistema Paulo Freire.

Os registros históricos localizados indicam que havia uma mobilização na sociedade civil e uma resposta sendo construída no âmbito do MEC, para atender de forma mais concreta os anseios sobre a questão da alfabetização de adultos. Para o contexto de um governo tensionado pela oposição e pela mídia, com acusações diárias de utilização do aparelho de Estado para impor as ideias comunistas e socialistas no Brasil, a atuação em massa na alfabetização de adultos passou a ser acusada de uma ação subversiva. Nos depoimentos colhidos por Barbosa *et al.* (1980), pode-se perceber a tensão vivida em torno da experiência com o Sistema Paulo Freire, com interpretações contraditórias, como na citação a seguir. O deputado federal Castejon Branco apresenta esta visão sobre a experiência no DF, em depoimento colhido durante a pesquisa acadêmica já referida,

> […] Se fosse feita a alfabetização pura e simplesmente teria dado certo. O problema é que as pessoas que o aplicaram deram uma conotação de "extrema-esquerda". O método é bom porque usa figuras para ilustrar as palavras. Os aplicadores "comunistas" que colocavam a população em risco porque queriam influenciar com a sua ideologia. Ensinavam: "O operário é oprimido, o patrão é opressor". Isto não podia dar certo por causa do radicalismo. A gente tem que esperar as coisas acontecerem com calma, com maturidade. Para o operário basta que o ensine a ler, que ele naturalmente se tornará de esquerda, é uma tendência natural, pois é ele que sofre.
>
> […] Aqui começou a experiência que se espalhou por muitas cidades satélites. O Brasil estava "com um ovo na colher", correr devagar para não cair. Havia muita euforia. As pessoas mais ligadas eram os estudantes. Tinha um amigo meu envolvido, ele era comunista. Eu nem sei por onde ele anda. Sei que aconselhava para que moderasse, que não precisava de exagero. Dizia a ele que o povo só precisava aprender a ler, e que o caminho dele ele mesmo traçaria. Ninguém faz caminho para ninguém, mas eu também fiz política na juventude, acho que tem que deixar, não pode reprimir. (Barbosa *et al.*, 1980)

A posição de quem vivenciou a experiência, como um dos supervisores da Comissão Regional de Cultura Popular, é outra,

> O sistema PF tinha por objetivo conscientizar. Conscientização ligada a politização no sentido de esclarecer as pessoas nos seus direitos. Os alunos é que faziam conclusões. O coordenador jamais formulava juízo a respeito das questões que eram colocadas pelo grupo. Por isso, não havia possibilidade de haver dirigismo, a não ser se se tratasse de um coordenador radical, mas isso ele não se lembra de ter ocorrido em Brasília. Nunca chegou a seu conhecimento notícia a esse respeito.
> Quanto a dizer que havia intenção de propagar o comunismo no Brasil, o informante nega que isso tenha existido: "PF era um carola, não saía da igreja, frequentando a missa com assiduidade". Não acredita que PF pudesse ter ideias materialistas e, por isso, a campanha nunca poderia ter tido objetivo de comunicação. Conscientização e politização sim, pois era

> o que o método pretendia, mas não implantação da ideologia comunista.
> Nas visitas aos círculos nunca percebeu qualquer tendenciosidade ou agressividade. Via sim, e muito claramente, docilidade e amor. Nunca soube de qualquer manifestação de violência. Muitas vezes os pais levavam crianças, tendo havido casos de crianças serem alfabetizadas (8, 10 ou 12 anos). (Barbosa *et al.*, 1980)

Os depoimentos revelam as posições divergentes a partir do lugar de fala de cada um dos sujeitos, além das diferentes concepções do ato de aprender e seus desdobramentos na vida dos alfabetizandos. Se, para o deputado, a passividade era o que se esperava de um operário que aprendia a ler e escrever, o que o tornaria naturalmente alguém entendendo que era diferente do patrão; na visão do supervisor, o ato de ler e escrever era um processo de conscientização do participante nos círculos. Nos dois depoimentos, no entanto, fica a nítida exposição de que o problema estava na identificação da experiência com as ideias "comunistas", o que, para os dias de hoje, nos faz questionar de que seriam essas tais ideias.

Propagadores ou não de ideais comunistas ou materialistas, o certo mesmo é que a experiência-piloto, realizada no segundo semestre de 1963 e com expansão iniciada nos primeiros meses de 1964, constituiu-se dentro de um projeto de país, extinto logo após a instauração da ditadura militar, a partir de 31 de março de 1964. O que resultou, inclusive, em muitos inquéritos policiais militares que envolvia desde os que ocupavam os cargos no MEC aos mais simples alfabetizadores, que atuaram nos círculos de cultura. Na página Memórias Reveladas do Arquivo Nacional, sobre os inquéritos instaurados pelo Serviço Nacional de Informação (SNI) no período do regime militar, foram encontrados dossiês de vários dos sujeitos envolvidos nas ações de alfabetização de adultos. O acesso ao banco de dados pela palavra-chave "alfabetização de adultos" permite ler os relatos dos interrogatórios.

Os assuntos indicados nesses documentos do SNI, que aparecem com o carimbo de confidencial, são reveladores do julgamento antecipado dos

réus, como, por exemplo: "Infiltração comunista em setores da administração pública", ou ainda nos apresentam os desdobramentos da vigilância que irá se estender por mais duas décadas, em torno dos sujeitos envolvidos nas ações de alfabetização, identificando alfabetizadores subversivos, inclusive no Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), considerado o propagador explícito da ideologia de segurança nacional e anticomunista, implantada pelo regime militar (Paiva, 2003).

Outra linha de documentação acessada, ainda no endereço eletrônico Memórias Reveladas, foi produzida a partir de solicitações da Comissão Nacional da Verdade aos órgãos públicos, especificamente às Coordenações de Documentação e Informação (CDI), que disponibilizassem a documentação da Divisão de Segurança da Informação (DSI) do regime militar de 1964 a 1985. O relatório do MEC, disponível em Memórias Reveladas, é exemplar na exposição de como o trabalho de alfabetização de adultos, naquele período, foi tratado como ação subversiva.

> O exame do processo de alfabetização do professor PAULO FREIRE (doc. de fls 655 a fls 692), posteriormente elevado à categoria de MÉTODO, já permite vislumbrar sua vinculação ao movimento revolucionário, de caráter comunista, e que se processava dentro da moderna técnica "revolucionária" dos comunistas. Assim é que, já ali encontramos ligação da tese de alfabetização preconizada por PAULO FREIRE com a tese defendida por ÁLVARO VIEIRA PINTO, ex Diretor do INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS (ISEB), a Universidade da subversão no país, em seu livro "A QUESTÃO DA UNIVERSIDADE» (documento constante do IPM da UnE-UBES), editado pela UNE e cuja orientação claramente esquerdista foi amplamente debatida/ antes mesmo da Revolução de 31 de março de 1964. (Brasil, 1965)

Esse extenso relatório sobre a execução do PNA apresenta análise detalhada da metodologia utilizada nos círculos de cultura, chegando a informar as discussões ocorridas em torno das palavras geradoras utilizadas em

Brasília e em outras partes do país. São destacadas as palavras: arado, terreno, comida, bicicleta, como presentes no documento intitulado "Esquema de conscientização" e que, segundo o responsável pelo relatório, tenente-coronel Celso dos Santos Meyer, encarregado do inquérito policial militar (IPM) do PNA e do MCP, "[…] é um hino à luta de classes e evidencia nitidamente os objetivos da alfabetização de adultos" (Brasil, 1965). Afirma, ainda, a vinculação clara entre o processo de alfabetização e a constituição de um contingente de eleitores, que estariam sendo preparados e aliciados pelos setores "esquerdistas" para impactarem no resultado eleitoral vindouro.

Da análise de vários dos relatórios do SNI, um deles (Brasil, 1970) chama a atenção pela descrição de uma proposta apresentada ao ministro da Educação, Jarbas Passarinho, em 1970, de um sistema mecânico de alfabetização de adultos, inventado pelo professor Joston Miguel Silva, que se propunha a testá-lo no DF. Os aparelhos denominados ortógrafo, máquina de ensinar a escrever e desenhar, e audiodiscriminógrafo, máquina de ensinar a ler, seriam acompanhados de uma cadeira específica, denominada cadeira alfa-ômega, e comporiam o *kit* básico para alfabetização. Tratava-se de uma adaptação da experiência de aplicação de um sistema mecânico de aceleração do aprendizado americano, conhecido por este professor em 1968, quando cursava a Stony Brook University (NY, EUA). O ministro da Educação solicitou uma previsão orçamentária, apresentada no relatório da seguinte forma:

> d. No dia 10. jan.70 foram apresentados ao Ministro 3 (três) sugestões orçamentárias:
> (1) Erradicação de 50.000 analfabetos no prazo médio de 18 meses, utilizando-se 2 Unidades de Ensino e 1 Unidade Volante audiovisual, nas áreas compreendidas por TAGUATINGA, NÚCLEO BANDEIRANTE e "INVASÕES", estas abrangendo VILA TENÓRIO, IAPI, CANDANGOLÂNDIA e VELHACAP, por um custo global de Cr$ - 1.029.000,00.
> (2) Erradicação de 64.100 analfabetos, em todo o DF, no prazo médio de 12 meses, utilizando-se 4 Unidades de Ensino e 1 Unidade Volante audiovisual, no custo global de Cr$1.139.800,00.

> (3) Erradicação de 15 a l6 mil analfabetos, na cidade de FORMOSA (GO) e pequenos aglomerados rurais circunvizinhos, no prazo médio de 12 meses, utilizando uma Unidade de Ensino e uma Unidade Volante, com condução para transporte dos alunos do meio rural, pelo custo global de Cr$341.000,00. (Brasil, 1970, fl. 2)

Vários aspectos poderiam ser destacados nessa proposta relatada, mas aqui gostaríamos de evidenciar apenas dois. Do ponto de vista conceitual, o processo de alfabetização proposto é um ato mecânico, ou seja, basta utilizar instruções programadas e o sujeito aprenderá a escrever; basta repetir o significado dos símbolos grafados e o alfabetizando aprenderá a ler. Do ponto de vista da pretensão da proposta, relembrando que, segundo IBGE (1973), o DF naquele ano possuía 53.938 pessoas não alfabetizadas, caso o ministro tivesse aceitado as propostas 1 ou 2, a experiência teria sido inédita no mundo, pois alfabetizaria para além da população demandante. Não há registros de que tenha sido realizada nenhuma experiência com esses aparelhos.

Ainda na década de 1970, em reportagens do Correio Braziliense, foi possível acompanhar a instalação do Mobral no DF. A edição do dia 28 de julho traz a notícia: "Prates instala o Mobral no DF", anunciando que seriam instaladas subdivisões nas cidades-satélites (Prates, 1970). No entanto, a instalação oficial, com abertura dos trabalhos do Mobral no DF, ocorreu em 15 de agosto, em cerimônia com a presença de autoridades locais, além do governador Hélio Prates e do ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho.

Levantamento realizado por 2.500 estudantes secundaristas indicou a presença de 27 mil analfabetos na área urbana do DF, distribuídos nas cidades-satélites: Plano Piloto com 2.500 (abrange Vila Planalto, Lago e Paranoá); Taguatinga, 3.700; Núcleo Bandeirante, 7.500; Planaltina, 2.100; Sobradinho, 2.500; Brazlândia, 1.250 e Cruzeiro-Guará, 650.

Ainda permanecem, neste estudo, lacunas sobre a experiência efetiva do Mobral na capital federal em classes de alfabetização. Os indícios localizados abordam a constituição de comissões locais; o levantamento da realidade de analfabetismo; a abertura de turmas de alfabetização nas cidades-satélites e no Plano Piloto, inclusive em locais onde funcionaram os círculos de cultura. A documentação, acessada na pesquisa, indica a atuação do Mobral no DF nas fases I e II do ensino supletivo, que correspondia à alfabetização e aos quatro primeiros anos do 1.º grau, como veremos mais adiante. Uma análise mais consistente do que de fato ocorreu no movimento no DF é uma história que ainda precisa ser reconstituída.

A alfabetização de adultos nas atividades extensionistas da Universidade de Brasília

A UnB foi criada em 1961 e seus primeiros cursos começaram a funcionar em março de 1962. Uma experiência tão pioneira quanto a capital onde se instalara. Sua organização era baseada na integração de institutos, faculdades e órgãos complementares. Nestes, situava-se o Centro de Extensão Cultural, que era o grande fomentador das ações de alfabetização de adultos realizadas pela universidade em parceria com entidades estudantis, dentre elas a União Nacional de Estudantes (UNE).

A pesquisa realizada por Barbosa *et al.* (1980) aponta para ações de alfabetização de adultos, no ano de 1962, na própria universidade ou em outros locais, já defendidas pelos estudantes como estratégia de aproximação com o povo. O jornal Correio Braziliense, na coluna Ensino Dia a Dia, escrita por Yvonne Jean, destaca cursos para operários que estariam sendo oferecidos por estudantes da UnB,

> Também haverá cursos para operários sobre assunto de seus interesses - legislação do trabalho, por exemplo. Os cursos de alfabetização, organizados pelos alunos da UnB, terão reinício,

> evidentemente, no mês vindouro. Seu êxito foi dos mais animadores e representam uma das grandes iniciativas da UnB. (Jean, 1963)

Todavia, o início do ano de 1963 não foi nada tranquilo para a UnB em relação às ações de alfabetização. A imprensa local e mesmo as de outros estados veicularam a notícia sobre a impressão de uma cartilha, na gráfica da universidade, que conteria erros ortográficos, conteúdos de natureza política e de cunho comunista. Em resposta às acusações da imprensa e à denúncia do deputado Abel Rafael, o professor Pompeu de Sousa, coordenador dos cursos de extensão cultural da UnB, escreveu uma carta que foi lida no plenário da Câmara dos Deputados, pelo deputado Oliveira Brito, em abril daquele ano conforme matéria publicada no Correio Braziliense, na edição 00910, de 5 de maio de 1963, intitulada "Esclarecimentos definitivos sobre o caso das cartilhas apreendidas". Na carta, afirma-se que, durante o período de férias na universidade, um estudante, membro do diretório estudantil provisório, utilizou o serviço de mecanografia da universidade, com ajuda de um funcionário, que não tinha conhecimento do que se tratava, sem a autorização de nenhum membro da gestão da universidade e fez cópias das páginas de uma cartilha intitulada "Primeiro livro do povo".

Na carta, publicada na matéria do Correio Braziliense, Pompeu informou ainda que, embora houvesse tido um esforço para a aceitação da cartilha, tal instrumento não foi aprovado pelos demais colegas e tão pouco pelos que, "por iniciativa espontânea, dedicavam seus lazeres noturnos à louvável tarefa de alfabetização de adu1tos iletrados", pois, constatada a "inépcia e inconveniência do texto e os erros grosseiros, não só de técnica didática como de português" o material não se enquadrava como cartilha para alfabetização nem como instrumento político para formação. No dia anterior, o mesmo jornal, Correio Braziliense, edição 00909, de 4 de maio, publicara nota informando que o reitor da UnB, Darcy Ribeiro, determinara a apreensão e destruição de todos os exemplares da cartilha.

A referência apresentada pelo jornal de que o reitor afirmara que a referida cartilha constava nos programas de ensino nas escolas públicas não confere com a informação do professor Pompeu de Sousa, apresentada em carta ao parlamento, de que o fato não passou de uma atitude irresponsável de um estudante isolado, sem consequências nem mesmo para as turmas de alfabetização que eram assumidas por estudantes voluntários da universidade. O episódio desse "Primeiro livro do povo" não é uma ação isolada no contexto de 1963. A aproximação entre o que fazia o MEC e a UnB, em relação à pauta de alfabetização de adultos, vinha sendo alvo de críticas não apenas pela oposição em Brasília, mas também por políticos e representantes da mídia em outros estados. Estava em questão uma concepção e uma prática de educação, que vinha se desenhando com a aproximação entre os interesses do governo e a pressão dos movimentos populares de educação.

Para além do episódio da cartilha, os relatos sobre a atuação da UnB na alfabetização de adultos, nos meses que se seguem à criação da Comissão de Cultura Popular, remetem à participação de professores e estudantes no movimento de alfabetização de adultos, recebendo críticas muito próximas às do movimento coordenado por Paulo Freire. O fato de a Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal (SEC/DF) ter se manifestado contrária à experiência dos círculos de cultura no DF fez com que o ministro da Educação indicasse Paulo Freire para coordenar pessoalmente o trabalho na capital. Faltam-nos mais informações sobre a aproximação entre o trabalho de professores e alunos da UnB e sua relação com o sistema Paulo Freire, o que indica a necessidade de aprofundar se houve ou não trabalho conjunto para levantamento do universo vocabular, que definiu as palavras geradoras que foram utilizadas nas cidades-satélites; recrutamento e seleção de alfabetizadores; formação dos alfabetizadores que conduziam os debates nos círculos de cultura, dentre outras ações.

Escolarização de trabalhadores - de clientes a sujeitos

Em pronunciamento na X Conferência de Educadores do Distrito Federal, Pompeu de Sousa destacou que "a educação de adultos não é um apêndice, algo que deve ser tratado fora do 'ensino regular', como uma exceção dentro do esforço educacional da sociedade, mas é, sim, parte integrante e muito importante, desse esforço que deve ser desenvolvido paralelamente à educação de crianças e jovens, e com a qual toda comunidade deve estar seriamente comprometida" (Distrito Federal, 1985, p. 26).

A tarefa de reconstituir as "pegadas" históricas da educação para jovens e adultos trabalhadores do DF nos deslocam das ações de alfabetização apresentadas, anteriormente, para nos encontrarmos com o que fez a rede pública nos processos de escolarização desses sujeitos. Embora sendo os mesmos sujeitos: trabalhadores pouco escolarizados, em sua maioria migrantes, nesse contexto da construção da capital, percebe-se que as estratégias de oferta de escolarização — que se iniciam com a alfabetização e seguem até a conclusão do primário, ginásio ou colégio, ou para utilizar os termos até a década de 1980, a conclusão do 1.º e 2.º graus — são separadas. O período de 1957 a 1966 aparecem como isolados. De um lado, o MEC, atuando incisivamente nas propostas de alfabetização de adultos, de outro, o sistema educacional do DF se constituindo com foco no atendimento a crianças e adolescentes.

As primeiras informações presentes na publicação comemorativa de 40 anos da educação em Brasília, que remetem à educação de jovens e adultos trabalhadores, não por acaso, relaciona-se à formação de mão de obra:

> Esforçando-nos ao máximo, para dotar de relativo conforto o grande canteiro de obras do Planalto, amparando os que, corajosamente, se transferiram naquela época para Brasília, a NOVACAP, por nosso intermédio, firmou convênio com o Ministério da Educação e Cultura, a 30 de setembro de 1957, para a instalação e funcionamento da Escola de Ensino Industrial, destinada à formação de mão de obra qualificada.

> A Escola manteria os cursos de marcenaria, carpintaria, eletricista-instalador, bombeiro hidráulico, artes gráficas, alfaiataria e artes de couro. Foi inaugurada em 1959, em Taguatinga. O Ministério da Educação e Cultura forneceu o equipamento e a NOVACAP construiu o edifício e, posteriormente, manteve a Escola, com corpo docente e discente em tempo integral (200 alunos entre 13 e 16 anos). O corpo docente foi recrutado em Curitiba (Centro de Treinamento de Professores Técnicos). Com duração de 20 a 36 meses, tais cursos foram de grande utilidade aos jovens (Distrito Federal, 2001, p. 34).

A ênfase aos cursos profissionalizantes não é estranha tendo em vista a realidade de uma cidade em construção, o que gera indagação é a apresentação de um público muito jovem para matrícula nessa escola, quando a realidade dos trabalhadores em Brasília, naquele período, era de pessoas mais velhas e que já chegavam ao DF em busca de trabalho. O formato do curso, indicado pelos órgãos oficiais, também nos faz indagar sobre as dificuldades de permanência desses trabalhadores em um curso em tempo integral.

Todavia, o que impressiona mesmo, no terceiro capítulo da publicação intitulado: "A educação: do canteiro de obras à implantação do sistema (1957 a 1960)", é a invisibilidade da realidade dos trabalhadores desse canteiro de obras, diante do detalhamento do sistema educacional que estava sendo implantado. São 38 páginas de um detalhamento minucioso de projetos, planos, portarias, decretos, exposições de motivo, depoimentos de pioneiros, nessa empreitada da construção do sistema educacional, com uma clara ênfase no ideário da educação de crianças e adolescentes. No máximo, pode ser constatado o olhar sobre uma juventude idealizada, que sairia dos centros educacionais para adentrar a educação superior, afinal o projeto da Universidade de Brasília data daquele mesmo período (Distrito Federal, 2001).

Na história oficial do sistema educativo, a referência à educação ou certificação de jovens e adultos trabalhadores aparece no registro do período pós-1960. Na publicação que trata dos 40 anos da educação em Brasília, os autores informam que, para os gestores do DF, "o que não estava previsto,

e, literalmente, sobressaltou os responsáveis pelo sistema, foi a enorme pressão da demanda por cursos noturnos" (Distrito Federal, 2001, p. 64). Nesse contexto, inicia-se uma longa trajetória de luta e pressão pelo reconhecimento do direito da educação dos trabalhadores à escola noturna, mesmo que os próprios gestores públicos não assumissem sua existência, como nos informa essa publicação sobre as matrículas de uma escola, em 1961.

A matrícula do diurno do Elefante Branco, em tempo integral, foi de 757 estudantes, número que é o oficialmente registrado nas publicações de Séries Históricas da Secretaria de Educação — por alguma omissão, não foram computados os mais de 1.100 estudantes que se matricularam no noturno, com início das aulas alguns dias mais tarde. Assim, a matrícula do 2.º grau do noturno foi maior que a do diurno, ambas efetuadas exclusivamente no Elefante Branco (Distrito Federal, 2001, p. 64).

A partir da implantação da Lei n.º 4.024/1961, primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o registro do atendimento à população jovem e adulta começa a ter destaque com o ensino primário supletivo, ministrado, em geral, no período noturno e que era destinado a pessoas com 14 anos ou mais. Além dessa indicação de atendimento presencial, a mesma publicação faz referência aos exames.

> Os exames de madureza previsto na Lei 4.024/61 revestiam-se de sentido comum de escolarização e de procedência histórica: o conhecido regime "preparatório" esteve presente no cenário educacional; o conjunto de exames de madureza preparados em cursos livres e realizados em bancas oficiais, tinham, na verdade, um caráter supletivo da escolarização regular.
>
> Na década de 60, a clientela dos exames de madureza era formada por pessoas, geralmente autodidatas, que em suas próprias condições de vida e de trabalho encontravam meios de suprir a formação escolar. Para tais pessoas só os exames interessavam. Nos últimos anos os educadores já viam nos exames de madureza um dispositivo para legitimar a dispensa de estudo de 1° e 2º graus. (Distrito Federal, 2001, p. 66-67)

Os primeiros registros dos Exames de Madureza no DF estão na Resolução 01/62, do CEDF, que trata do assunto. De 1962 a 1964, esses exames foram realizados em unidades escolares, em 1965, passaram por uma reestruturação, e foi criada, na estrutura administrativa da Fundação Educacional, dentro do Departamento de Ensino Médio, a Assessoria Especial para Exames de Madureza, assim permanecendo até 1971.

Tabela 14.2: Distrito Federal – Exames Madureza – 1965/1969

Anos	1.º Ciclo	Conclusões	2.º Ciclo	Conclusões
	Matrículas		Matrículas	
1965	1.112	75	109	4
1966	1.367	163	274	14
1967	1.628	206	984	71
1968	2.435	337	1.477	144
1969	2.627	291	1.894	286

Fonte: Divisão de Pesquisas e Orientações – CME/SEC (Codeplan, 1970, p. 310).

Embora os registros históricos apresentem informações de classes de alfabetização e de educação de adultos nos anos iniciais de Brasília, não foram localizados dados quantitativos de matrícula da educação de adultos entre os anos de 1960 a 1965. O período seguinte aponta para uma média de variação positiva de crescimento, sendo os maiores índices em 1968, com um saldo de 64,9% a mais de matrículas, saltando de 4.774, em 1967, para 7.871, em 1968, e, em 1972, com um crescimento de 65,5% a mais de matrículas. Em 1973, houve um aumento importante de 36,6% de novas matrículas, mas o ano seguinte aponta o maior decréscimo no período, com um índice de 15,4% a menos de matrículas para o supletivo na rede oficial (Distrito Federal, 1980a, p. 31). Os estudantes, "em sua maioria, se situam na faixa de 14 a 21 anos. Em 1969, 69,1% dos que cursavam o supletivo da rede oficial se distribuíram nessa faixa de idade" (Codeplan, 1970, p. 77-78).

O cenário vivido no DF era de enfrentamento de desafios para adequação do seu sistema de ensino à reforma aprovada no regime militar, através da Lei n.º 5.692/1971. No caso da educação para jovens e adultos trabalhadores, isso significou a organização dos cursos e exames supletivos, previstos no Capítulo IV dessa lei, regulamentados pelo Parecer CFE n.º 699/1972. Os dados de matrículas no DF na rede oficial da educação, entre os anos de 1960 a 1980, demonstram o crescimento do ensino supletivo no DF, principalmente a partir da década de 1970.

Sobre a proposta de organização do sistema educativo do DF, a pesquisa de Barbosa *et al*. (1980) apresenta as seguintes informações:

> Segundo dados colhidos junto à FEDF, em 1962 foi criada a Associação do Ensino Supletivo [AES/DF], em convênio MEC/FEDF, visando atender adultos. A partir de 1964, a FEDF iniciou a criação de turmas de 1ª a 5ª série do ensino regular, funcionando no turno noturno para adultos. (p. 14)

A atuação dessa associação é discutida no Conselho de Educação do Distrito Federal, CEDF, pelo Parecer n.º 15, de 23 de março de 1976, e relata os primórdios do ensino supletivo no DF e a relação entre a AESDF e a SECDF,

> De início, o próprio MEC, através do Programa de Emergência para Educação do Distrito Federal, que recebeu o apoio da antiga Diretoria do Ensino Industrial, efetuava o pagamento contra recibos, dos professores que regiam as classes do Ensino Supletivo. Logo, depois, o MEC passou a exigir que os cursos supletivos fossem ministrados através de entidades juridicamente constituídas, com as quais o MEC, através do Programa de Emergência, celebrava convênios para transferência de recursos. O Programa de Emergência foi substituído pela Comissão Diretora do Ensino Supletivo no Distrito Federal, que continuou, mais ou menos, com o mesmo sistema de trabalho. Foram muitas as entidades que se constituíram juridicamente, se registraram em cartório e assinaram convênios com a Comissão Diretora para oferecimento de Cursos

> Supletivos, antes da vigência da Lei nº 5.692/71. O mesmo fez a Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, que tinha em sua estrutura uma Assessoria do Ensino Primário Supletivo. (Distrito Federal, 1982, p. 325)

Segundo dispõe o referido parecer, a partir de 1964, várias entidades buscaram registros de cursos, porém não alcançaram êxito por não cumprirem as determinações legais para o credenciamento. Por orientação do MEC, foi criada a AES/DF para representar essas instituições sem registro, mas a associação nunca recebeu autorização do Conselho de Educação do DF para funcionamento. Com isso, os registros de certificação dos cursos não teriam validade. Contudo, a associação permaneceu com o atendimento reduzido. Conforme o parecer, em 1975, havia 183 turmas com 6.619 estudantes, em convênio com 29 entidades, e, ainda, com o/a MEC/DSU/SEDF/FEDF, 25 escolas públicas. Os cursos ofertados pelo convênio com a AES tinham duração de 10 meses, divididos em dois semestres e correspondia à fase II, seguindo a orientação metodológica e de material do projeto de educação integrada do Mobral.

Finalmente, o Parecer n.º 111, de 15 de dezembro de 1976 (Distrito Federal, 1982), autorizou o funcionamento precário da associação, recomendando 120 dias para cumprimento das demais exigências, para a aprovação definitiva de funcionamento dos cursos supletivos da AES. A experiência de sobrevivência dessa entidade da sociedade civil, permanecendo com a oferta de cursos supletivos, em parte é uma resposta à demanda por expansão da matrícula, que se deu em condições precárias desde os anos de 1960, em classes noturnas. A média de idade dos estudantes na 1.ª série era de 19 anos, o que revelava a defasagem escolar já produzida pelas escolas diurnas.

Para compreender as dificuldades que passava a escola noturna, seja ela ofertando o ensino regular ou o ensino supletivo, no início da década de 1970, é importante destacar as condições das escolas:

> A matrícula do diurno era de 18.831 alunos, praticamente metade pela manhã e metade pela tarde, 9.400 em cada turno. O noturno contava com 23.887 estudantes - com cerca de 9400 em prédios específicos, sobravam 14.400 que eram espalhados por escolas primárias ou salas cedidas. Assim, os alunos do ensino médio noturno, muito mais que a metade, eram abrigados em prédios que não tinham instalações adequadas, sob a denominação de anexos, sem o apoio administrativo e pedagógico adequado, ocupando 268 salas de terceiros.
> É quase impossível imaginar que alguns ginásios noturnos funcionavam em escolas primárias que, no diurno, já contavam com 4 turnos - escolas que funcionavam, sem parar, das 7 da manhã às 11 da noite. (Distrito Federal, 2001, p. 87)

Ao longo da década de 1970, a rede de matrícula do ensino supletivo cresceu exponencialmente e esse crescimento concentrou-se na Região Administrativa I, que engloba Asas Norte e Sul, Península, adjacências, Cruzeiro, Iapi, Guará I e II e Núcleo Bandeirante. Isso se explica, em parte, por estas áreas manterem as escolas abertas à noite, e estarem mais próximas dos postos de trabalho que eram oferecidos no DF, principalmente o serviço doméstico, de vigilância e portaria que levavam o trabalhador a dormir no emprego. À medida que a densidade populacional aumentou nas RA II - Gama e RA III - Taguatinga, percebe-se um aumento de matrículas também no Gama, em Taguatinga e na Ceilândia.

A expansão de matrícula só ocorreu porque houve expansão da rede física no período. Se observados mais de perto, os números de matrícula dobraram no período de dez anos, saltando de 12.397, em 1970, para 24.623 em 1980. Porém, estes mesmos números se comparados ao conjunto de matrículas da rede pública, não representam crescimento, uma vez que, em 1970, as matrículas no supletivo correspondiam a 9,25% do total de matrículas da rede pública e, em 1980, esse número regrediu para 8,34% do universo de matrículas. Constatamos, então, que, mesmo com a ampliação da rede física, não houve ampliação do atendimento à demanda, considerando, inclusive, o crescimento populacional no período em questão (Distrito Federal, 1980a).

O final de 1973 foi marcado pela criação do Centro de Ensino Supletivo (CES), autorizado pelo CE/DF no Parecer n,º 59, de 15 de outubro de 1973. Ligado à Fundação Educacional, o CES (posteriormente conhecido como Cesas, dada a sua localização na L2 Sul – Asa Sul), foi criado para atender a "necessidade de ter uma base física para estudos, pesquisa e experiências em 'estabelecimento oficial onde se concentraria a atenção e de irradiariam as diretrizes de realimentação às outras escolas da rede" (Distrito Federal, 1982).

Além dos cursos supletivos, a legislação de 1971 regulou também os exames supletivos, que substituíram os exames de madureza. Sobre esses exames no DF, sabe-se que a Resolução n,º 01, de 1974, do CE/DF tratou dos exames supletivos denominados de suplência, que garantiriam o prosseguimento de estudos e os exames de qualificação, os quais tinham a finalidade de habilitar ou qualificar os profissionais em nível de 2.º grau. A Direção de Ensino Supletivo da Direção Geral de Pedagogia da FEDF possuía um Núcleo de Exames, responsável pela elaboração e aplicação desses exames.

Há registros, ainda, do Projeto Minerva no DF no Parecer n.º 19/1976, do CE/DF, que assim se pronuncia, diante da "explosão demográfica e pela revolução científica e técnica, somos de parecer que devam ser aprovadas as normas para execução do curso Projeto Minerva a nível das últimas séries do 1º Grau, e que sejam encaminhados a este Conselho os resultados da avaliação ao final de cada etapa".

O ensino supletivo no Plano de Educação e Cultura do Distrito Federal (1980 /1983)

Nas diretrizes e estratégias estabelecidas no Plano Quadrienal de Educação 1980-1983 (Distrito Federal, 1980b) para o ensino supletivo, afirma-se o compromisso em assegurar o acesso ao conhecimento; proporcionar a oportunidade de obter a escolarização; promover os exames de suplência

e suprimento; elevar a produtividade e reduzir a evasão, aprimorando a orientação pedagógica e os procedimentos técnico-administrativos (Distrito Federal, 1980b, p. 27).

O Plano Quadrienal de Educação 1980-1993 mostra a abrangência do ensino supletivo, no formato de cursos e exames realizados pela rede pública e por entidades conveniadas, reconhecendo o atendimento tanto na escolarização como na formação profissional. Além disso, previa a manutenção e expansão dos cursos supletivos por meio de

> um trabalho de conscientização da comunidade bem como em decorrência das medidas de correção das distorções idade/série no ensino regular" prevendo ainda "recursos necessários à ampliação das ofertas de estudos supletivos, quer para realização de cursos de suplência, quer para cursos de suprimento, aprendizagem e qualificação profissional. (Distrito Federal, 1980b)

O currículo do ensino supletivo era organizado por fases, sendo que a fase I correspondia exclusivamente à alfabetização de adolescentes e adultos, ministrada pelo Mobral, em convênio com a Fundação Educacional do DF; a fase II representava as quatro primeiras séries do ensino de 1.º grau, ministrada pela rede oficial e particular de ensino, com avaliação de aprendizagem no processo, sendo desenvolvida em convênio com o Mobral, que fornecia o material didático básico e cabia à Fundação Educacional as adaptações e complementações, reforçando "com cadernos de exercícios"; a fase III correspondia às quatro últimas séries do ensino de 1.º grau e era "atendida pelo Programa de Instrução Personalizada e Projeto Minerva"; e a fase IV equivalia ao 2.º grau, tendo a idade mínima para ingresso de 19 anos e ofertada pelo Centro de Estudos Supletivos da Asa Sul (Cesas) e pelo Centro de Estudos Supletivos Verde Oliva (CESVO), com avaliação em processo. "Nas demais unidades escolares, a clientela é preparada para a prestação de exames de suplência". Os exames de suplência, que previam uma demanda anual de cerca de 30 mil candidatos, eram realizados pela

FEDF, em regime anual, na educação geral e na suplência profissionalizante para habilitação profissional (Distrito Federal, 1980b, p. 41-43).

Quanto à expansão da rede física, para o ensino supletivo, um dos projetos que compunham esse plano previa a ampliação dos CES para as cidades satélites.

> Usualmente, o ensino supletivo utiliza a capacidade física ociosa das escolas de ensino regular, e salas cedidas por outras instituições, dentre as quais se inclui o Centro de Estudos Verde Oliva. Apenas o Centro de Estudos Supletivos da Asa Sul dispõe de prédio próprio, devidamente equipado, para desenvolver metodologia educacional adequada à clientela adulta. Dadas as características vantajosas que a ação educativa desses centros tem demonstrado, o objetivo deste Projeto é a construção, durante o quadriênio, de quatro novos centros de estudos supletivos, respectivamente na Ceilândia, no Gama, em Taguatinga e Sobradinho. (Distrito Federal, 1980b, p. 53)

No campo curricular, a proposta era de "adequar a proposta curricular do ensino supletivo às necessidades e condições de aprendizagem da clientela que lhe é própria", destacando a importância da revisão do currículo programado no combate aos elevados índices de evasão e retenção nos cursos supletivos e a não habilitação nos exames de suplência. No Programa de Assistência ao Educando, previsto no plano, não houve nenhuma menção ao ensino supletivo nos Projetos de Alimentação Escolar, Saúde Escolar e Apoio Material ao Escolar.

Os relatórios de acompanhamento desse plano, publicados pela SEC/DF, dão conta das ações desenvolvidas com objetivo de atingir as estratégias traçadas. O relatório referente a 1980 relata a organização do ensino supletivo estruturado nas fases previstas para a conclusão do 1.º e 2.º graus. As matrículas na fase I, que foram de 5.809 estudantes, estavam sob a responsabilidade do Mobral, que assumiu a alfabetização dentro do Plano de Educação e Cultura. Constam no relatório, ainda, as providências adotadas diante da preocupação

quanto aos índices elevados de evasão e retenção nos cursos supletivos e a não habilitação nos exames supletivos,

> Com a finalidade de minimizar dificuldades enfrentadas pelos alunos no desenvolvimento das atividades curriculares, elaborou-se material didático específico da Fase III, com a participação do corpo docente das unidades escolares que ministram essa modalidade de ensino.
> Procedeu-se, ainda, à adequação dos Módulos de Ensino do Programa do Livro Didático Ensino Supletivo, em Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Físicas e Biológicas, aos conteúdos programáticos da Fase III.
> Nos cursos supletivos Fase III, com avaliação no processo, fez-se uma análise crítica das Comissões Permanentes de Avaliação, para verificar os efeitos de sua implementação na melhoria do processo ensino-aprendizagem.
>
> Na Fase IV, foram adotados e avaliados os programas reformulados em 1979. (Distrito Federal, 1980c, p. 31)

Em relação ao Projeto Minerva, há, no relatório, referência à elaboração de "testes e exercícios de reforço e um planejamento de execução das aulas de Organização Social e Política do Brasil e de Educação Moral e Cívica" (Distrito Federal, 1980c, p. 31). Além disso, foram realizados, durante o ano de 1980, 47 cursos para cumprir com o suprimento, a qualificação e a aprendizagem, distribuídos em 474 turmas, com 8.740 estudantes. Quantos aos exames, em 1980, quatro exames de suplência de Educação Geral foram realizados, tendo atendido aproximadamente 30 mil candidatos. E, ainda, os exames de Suplência Profissionalizante atenderam a carência de habilitação nas áreas de Artes Gráficas, Eletrotécnica, Histologia, Secretariado, Assistente Administrativo e Transações imobiliárias.

Conforme o relatório do segundo ano de execução do Plano de Educação e Cultura, do total de matrículas na rede, o Mobral foi responsável por 2.403 matrículas da fase I, enquanto 917 eram do Projeto Minerva na fase III e o Telecurso 2.º Grau era responsável por 202 matrículas na fase IV.

Quanto ao currículo, destaca-se a criação dos Bancos de Módulos, visando facilitar aos estudantes da fase III o acesso ao material básico para estudos. Além disso, houve a adaptação curricular dos conteúdos para as fases II e IV, o conteúdo experimental de Educação Artística e a criação do Banco de Questões para os exames supletivos.

O relatório do terceiro ano de execução do Plano de Educação do Distrito Federal, datado de junho de 1983, registra que o Mobral atendeu a 3.112 matrículas da fase I. O referido relatório destaca o atendimento da rede oficial, onde estavam matriculados 77% dos estudantes contra 22% da rede particular. Foram emitidos 9.835 certificados de habilitação, por meio da função suplência, enquanto a função qualificação atendeu 9.746 matrículas em 373 turmas distribuídas entre 45 cursos. No aspecto curricular, o mesmo relatório destaca os desafios da educação de jovens e adultos e que, "pelo tipo de clientela, suas aspirações e a dificuldade que encontra para harmonizar horários, trabalho e estudo, o ensino supletivo busca, em permanência, novas fórmulas de tornar o ensino mais objetivo e atraente " (Distrito Federal, 1983, p. 13).

O discurso oficial presente nesses relatórios indica a implementação de alternativas pedagógicas, como os Cadernos Intermediários e Guias de Estudo, novos módulos de ensino, programas e material instrucional de disciplinas. A elaboração desse material foi assessorada por professores regentes, em reuniões e análises do material proposto. A utilização desses módulos pelos professores foi precedida por estudos, realizados durante uma semana de formação.

O relatório final, referente a 1984, lançado em fevereiro de 1985, ainda registra a presença do Mobral como responsável por 9,3% das matrículas na função Suplência. É destacada, nos aspectos pedagógicos, a elaboração de doze módulos de História, seis de Inglês e a reelaboração de conteúdos das fases II e III. Há, nesse mesmo período, a organização do documento *Manual do aluno do ensino supletivo* e da *Diretriz pedagógica para o ensino supletivo no DF*, seguidos do *Manual do instrutor* e do *Catálogo dos cursos*

de qualificação e suprimento. Todos os materiais, indicados nesse relatório, são fontes importantes para a compreensão da concepção de EJA, que perdurou nestes quinze anos de implementação da modalidade de ensino supletivo no DF. Ainda permanecem como fonte a ser explorada.

Para compreender como estava organizada a rede de ensino no DF, no contexto dos anos 1980, em relação à matrícula do ensino supletivo das redes pública e privada, cabe observar a tabela 14.3.

Tabela 14.3: Matrícula das redes pública e privada do DF, ensino supletivo, 1980 a 1985

Ano	Total	Ensino supletivo	
		Rede pública	Rede privada
1980	31.777	24.623	7.154
1981	39.916	28.612	11.304
1982	40.371	31.352	9.019
1983	38.012	31.707	6.305
1984	39.354	33.502	5.852
1985	43.266	37.414	5.852

Fonte: elaborado pelas autoras a partir da publicação Distrito Federal (2001).

Esses dados mostram o crescimento constante de matrícula nos cursos supletivos da rede pública e o decréscimo na rede privada. Porém, essa informação precisa se somar aos dados de cursos preparatórios para os exames, que, no contexto dos anos 1980, acabaram por substituir muitos cursos presenciais, pois tornou-se uma estratégia mais rentável para a rede privada. Mesmo com o decréscimo de matrículas na rede privada, no final da década de 1970 até 1985, a pauta do CE/DF é marcada por aprovação de funcionamento de novos cursos técnicos nesta rede.

No âmbito da rede pública, registra-se a autorização de exames profissionalizantes, aprovação de novas propostas curriculares para o ensino supletivo na SEC/DF e a regulamentação das taxas de cursos privados e de exames de suplência no DF. Destaca-se, no período, o Parecer n.º 05/82 do CE/DF,

que avalia o instrumento e a metodologia de avaliação diagnóstica da situação dos cursos supletivos em funcionamento no DF. Tal parecer baixa diligência, junto à SEC/DF, para reexame do instrumento de diagnóstico apresentado em 8 de julho de 1982. O mesmo processo retorna ao CE/DF em novembro de 1983, mais de um ano depois, quando é aprovado o Instrumento de Avaliação do Ensino Supletivo no Sistema de Ensino do DF (Distrito Federal, 1985). Não localizamos o resultado dessa avaliação diagnóstico, mas foi possível identificar o seu impacto, uma vez que motivou o tema da X Conferência de Educadores do DF, que ocorreu em 1985.

Realizada de 4 a 7 de novembro de 1985, a X Conferência de Educadores do DF teve como tema "O desafio do ensino supletivo no Distrito Federal" e foi organizada pelo CE/DF e pela SEC/DF. Os anais da conferência destacam a necessidade da abordagem do tema:

> Verificados alguns problemas de natureza operacional, o Conselho de Educação, pela Resolução 02/81, suspendeu por 180 dias a autorização de funcionamento de novos cursos supletivos com avaliação no processo, solicitando à área executiva a realização de uma diagnose da situação dos cursos já em funcionamento. Uma série de obstáculos atrasou a efetivação da referida diagnose, com o que continuou suspensa a autorização de novos cursos supletivos.
> Concluídos os estudos, em final de 1984, considerou-se pertinente e adequado aprovar como tema da X Conferência de Educadores "O desafio do ensino supletivo no Distrito Federal", o que ensejou perspectiva bem mais ampla da que fora a matéria tratada até então, posto que o temário e os grupos de trabalho abordaram aspectos desde os operacionais até os políticos e filosóficos. (Distrito Federal, 1985, p. 2)

As palavras finais do presidente do CE/DF, Gildo Willadino, na mesa de abertura da conferência, dão conta dos desafios colocados ao debate naquele momento. Disse ele:

> Uma das questões centrais, portanto, é verificar de que forma é possível garantir a continuidade do estudo de brasileiros como nós, que, também, desejam continuar no mundo do conhecimento sistematizado, a fim de terem meios de auto-realização como indivíduos e como membros da nossa sociedade. (Distrito Federal, 1985, p. 21)

Os anais da X Conferência de Educadores trazem as abordagens feitas pelos quatro palestrantes convidados, bem como os relatórios dos dez grupos de trabalho que apresentaram uma série de recomendações à política de educação de jovens e adultos do DF. A síntese produzida indica um conjunto de ressalvas ao formato e aos resultados que vinham sendo alcançados pelo ensino supletivo no DF. O quanto estas reflexões e proposições contribuíram, de fato, para o replanejamento e a implementação de políticas e ações que levariam à oferta e garantia da educação de qualidade aos trabalhadores na capital federal é algo ainda a ser investigado.

Nos reportamos, mais uma vez, ao pronunciamento de Pompeu de Sousa na referida conferência, sobre o ensino supletivo, por ser revelador da disputa que estava e ainda está em questão na Educação de Jovens e Adultos: afinal, qual a visão que sustenta essa política educacional?

O que se pode destacar, entre as práticas educativas voltadas para jovens e adultos trabalhadores no DF, é que identificamos, primeiramente, ações de alfabetização de adultos, no contexto do final dos anos 1950 e início de 1960, utilizando-se ou não do referencial freirano, e que foram reprimidas principalmente pelos governos do regime militar, após o golpe de 1964. Por outro lado, a oferta oficial de cursos noturnos de caráter supletivo e de exames de suplência recebeu um significativo impulso nas redes pública e privada de ensino, a partir de 1970.

A documentação, as referências bibliográficas acessadas e os depoimentos indicam uma disputa conceitual presente na educação voltada a jovens e adultos trabalhadores do Distrito Federal, tendo, por um lado,

uma perspectiva de formação e conscientização política, nas ações de sujeitos coletivos que apostavam na alfabetização de adultos como alternativa emancipatória, tanto no contexto que antecedeu o golpe de 1964 quanto nos anos finais da ditadura. Por outro lado, uma escolarização aligeirada e compensatória, por meio dos cursos e exames supletivos, cuja formação correspondia aos interesses do mercado, justificados na Teoria do Capital Humano, tão presente nas reformas educacionais do contexto do regime militar.

O silêncio ou apagamento da história de sujeitos reais dos canteiros de obra do DF, que observamos no projeto inicial da capital federal, como demanda concreta para processos de escolarização, certamente tinha relação com a não reivindicação imediata, por parte desses sujeitos, pelo acesso à escola. O silêncio foi rompido com o auxílio da explosão demográfica no DF, observada no contexto das três décadas de existência da nova capital, mas também como resultado do fracasso da escola diurna, que, sobretudo no final do regime militar, transferiu um contingente considerável de adolescentes e jovens para as "fileiras" dos cursos e exames supletivos, alterando suas finalidades de forma significativa.

A realidade do formato da oferta e dos sujeitos que foram atendidos pelo ensino supletivo no DF, até 1985, convida à reflexão, mais uma vez com Pompeu de Sousa, de que Brasília precisa de outra educação de adultos:

> Não um supletivo que vise apenas à transferência de informações (muitas vezes, nem isso consegue cumprir), tendo como objetivo promover tão somente uma precária ascensão econômica do aluno, através do certificado de escolarização. Essa forma de pseudo-educação só presta um desserviço à nação e, sobretudo, atrás de si esconde a ação mercantil de alguns e o "corpo mole" de outros. Pronunciamento de Pompeu de Sousa na X Conferência de Educadores do DF. (Distrito Federal, 1985, p. 27)

Referências

BARBOSA, Célia *et al. A experiência da aplicação do sistema Paulo Freire de alfabetização de adultos em Brasília, em 1963.* Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília. Brasília, DF: Acervo do Museu da Educação do Distrito Federal, 1980.

BRASIL. Decreto n.º 47.472, de 22 de dezembro de 1959. Institui a Comissão de Administração de Sistema Educacional de Brasília (C.A.S.E.B.). *Diário Oficial da União*. Seção 1 - 22/12/1959, p. 26.636 (Publicação Original).

BRASIL. Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1.º e 2.º graus, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Seção 1 - 12/8/1971, p. 6.377 (Publicação Original).

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Ministerial n.º 195, de 8 de julho de 1963. Institui junto ao Gabinete do Ministro uma Comissão de Cultura Popular. *Domínio Público,* 1963. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001813.pdf. Acesso em: 20 jul. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n.º 53.465, de 21 de janeiro de 1964. Institui o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências. Brasília, 1964. *Portal da Câmara dos Deputados.* Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53465-21-janeiro-1964-393508-norma-pe.html. Acesso em: 22 jul. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n.º 53.886, de 14 de abril de 1964. *Portal da Câmara dos Deputados.* Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53886-14-abril-1964-394182-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 29 jul. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Serviço Nacional de Informações. Ação Penal 166, fl. 841, 1965. *Banco de Dados Memórias Reveladas.* Disponível em: http://pesquisa.memoriasreveladas.gov.br/mrex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=A%C3%A7%C3%A3o%20Penal%20166%20&v_fundo_colecao. Acesso em: 20 jul. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Serviço Nacional de Informações. Informação n.º 491/ABSB/SNI, 1970. *Banco de Dados Memórias Reveladas.* Disponível em: http://pesquisa.memoriasreveladas.gov.br/mrex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=A%C3%A7%C3%A3o%20Penal%20166%20&v_fundo_colecao. Acesso em: 20 jul. 2019.

CODEPLAN. *Diagnóstico do setor educação no Distrito Federal.* Brasília, 1970.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Parecer 699/72. Brasília, DF.

DARCY ordena a apreensão da Cartilha. Ed. 00909. *Correio Braziliense.* 04 mai.1963, p. 1.

DISTRITO FEDERAL. Departamento de Planejamento Educacional. Divisão de Pesquisa. Séries Históricas - 1960 – 1980. Rede Oficial e Particular. Brasília, 1980a.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação e Cultura. *Plano de educação e cultura do Distrito Federal: 1980-83*. Brasília, 1980b.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação e Cultura. *Plano de Educação do Distrito Federal 1980-83. Relatório do 1º ano de Execução*. Brasília, 1980c.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação e Cultura. *Plano de Educação do Distrito Federal 1980-83.* Relatório do 2º ano de Execução. Brasília, 1982.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação e Cultura. *Plano de Educação do Distrito Federal 1982.* Relatório do 3º ano de Execução. Brasília, 1983.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação e Cultura. *Plano de Educação do Distrito Federal 1984-1987.* Relatório de Execução – ano 1984. Brasília, 1985.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado da Educação e Cultura. Conselho de Educação do Distrito Federal. *Anais da X Conferência de Educadores do Distrito Federal*. Brasília, 1985.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. *40 anos de educação em Brasília.* Brasília: Subsecretaria de Planejamento e de Inspeção de Ensino, 2001.

ESCLARECIMENTOS definitivos sobre o caso das cartilhas apreendidas. Ed. 00910. 05 de maio de 1963. 1º Caderno. *Correio Braziliense.* p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&PagFis=10410&Pesq=%22PRIMEIRO%20LIVRO%20DO%20POVO%22. Acesso em: 20 ago. 2019.

FAVERO, Osmar. *Educação popular* I. Fórum EJA, 2009. Disponível em: http://forumeja.org.br/node/3046. Acesso em: 15 mar. 2019.

GOIÁS. Secretaria de Educação e Cultura de. *Revista de Educação*, n. 41, fascículo de out. /nov. /dez., Goiânia, 1959.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Departamento de Estatística da População. *Censo Experimental de Brasília.* IBGE, 1959.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Departamento de Estatística da População. *Censo Demográfico de 1960*. VII Recenseamento Geral do Brasil Série Regional. V. I Tomo XIX. Distrito Federal: IBGE. Disponível em: http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000363&m=2600&n=censodem1960rvol1t19. Acesso em: 05 fev. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Departamento de Censos. *Censo Demográfico do Distrito Federal*. VIII Recenseamento Geral – 1970. Série Regional. V. I Tomo XXIV. Rio de Janeiro: IBGE, 1973.

JEAN, Yvonne. Segundo Caderno. Coluna Dia a Dia. *Correio Braziliense.* Ed. 00821. 16 jan. 1963, p. 5.

JEAN, Yvonne. O ensino dia a dia. Caderno 2. *Correio Braziliense.* 03 mar. 1964.

LEÃO FILHO, José. A Revolução dos Analfabetos. Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil/ Novacap. *Revista Brasília,* ano 7, n. 65-81, maio 1962/set. 1963.

PAIVA, Vanilda. *História da Educação Popular no Brasil:* educação popular e educação de adultos. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

PRATES instala o Mobral no DF. *Correio Braziliense.* Ed. 03257. Brasília, 28 jul. 1970, p. 11.

Sobre os autores

Alice Fátima Martins

Doutora em Sociologia, professora titular na Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás. Bolsista de produtividade em pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
E-mail: profalice2fm@gmail.com

Antonio Carlos Andrade de Souza

Doutorando em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília; professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: toninho2018pos@gmail.com

Antonio Fávero Sobrinho

Mestre em História pela Universidade de Brasília, Professor Assistente na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Ariane Abrunhosa

Doutora em Educação e Tecnologia pela Universidade de Brasília, professora da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal.
E-mail: abrunhosa.ariane@gmail.com

Claudia Paiva Carvalho

Doutora em Direito pela Universidade de Brasília, professora de Direito do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP).
E-mail: claudiapaivac@gmail.com

Cristiano Paixão
Doutor em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais, professor adjunto da Faculdade de Direito da UnB.
E-mail: cristiano.aslh@gmail.com

Carmyra Oliveira Batista
Doutora em Educação pela Universidade de Brasília, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: carmyra.batista@gmail.com

Denise Farage
Especialista em Políticas Públicas pela Universidade de Brasília, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: denisefarage@gmail.com

Edilene Simões Costa dos Santos
Doutora em Educação, em Ciência e Matemática pela Universidade de Brasília, professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
E-mail: edilenesc@gmail.com

Eliane Brito
Doutoranda em História pela Universidade de Brasília, professora do Centro Universitário Planalto do DF (Uniplan), da Faculdade Projeção e professora substituta do Instituto Federal de Brasília.
E-mail: eliane.cbo@gmail.com

Erlando Reses
Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília, professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da UnB.
E-mail: erlandoreses@gmail.com

Eva Waisros Pereira
Doutora em Ciências da Educação pela Universidade Aberta de Portugal; professora emérita e pesquisadora associada plena do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília.
E-mail: evawaisros@gmail.com

Haydée Ribeiro Coelho
Doutora em Teoria da Literatura e Literatura Comparada pela Universidade de São Paulo, professora associada IV da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
E-mail: haydeeribeiro@hotmail.com

Josefina Reis de Moraes
Mestre em Planejamento e Gestão Ambiental pela Universidade Católica de Brasília, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: josefinarmoraes@gmail.com

José Luiz Villar Mella
Doutor em História Social e das Ideias pela Universidade de Brasília, professor associado I da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Jorge Abrahão de Castro
Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), diretor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), pesquisador associado da Universidade de Brasília e professor da Universidade Católica de Brasília (UCB).
E-mail: jorge.abrahao57@gmail.com

Laura Maria Coutinho
Doutora em Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), professora aposentada da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.
E-mail: lauracou@gmail.com

Leila Chalub Martins
Doutora em Ciências Sociais - Antropologia pela Universidade Estadual de Campinas, professora do ensino básico público de Brasília de 1968 a 1992, professora associada aposentada da Universidade de Brasília.
E-mail: leilachalub3@gmail.com

Leila Maria de Jesus Oliveira
Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Goiás, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: leiladejesus@gmail.com

Luciana de Maya Ricardo
Doutora em Educação pela Universidade de Brasília, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: luciana.maya@gmail.com

Maria Andreza Costa Barbosa
Mestre em Educação pela Universidade de Brasília, professora de Artes Visuais da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.
E-mail: andrezaferreiro@gmail.com

Mariana Gonçalves Penna
Graduada em História pela Universidade de Brasília e estagiária do Museu da Educação do Distrito Federal.
E-mail: marigpenna@gmail.com

Maria Alexandra Militão Rodrigues
Doutora em Psicologia, professora adjunta da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.
E-mail: alexandrarodrigues57@hotmail.com

Maria Lídia Bueno Fernandes
Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo, professora associada 3 da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Líder do Grupo de Pesquisa Sujeitos, Territórios e a Construção do Conhecimento (GPS).
E-mail: lidia_f@uol.com.br

Maria Margarida Machado
Doutora em Educação, professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás.
E-mail: mmm2404@gmail.com

Maria Paula Vasconcelos Taunay
Doutora em Educação e Tecnologia pela Universidade de Brasília, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: mariapaulataunay@gmail.com

Mônica Menezes de Souza Batista
Doutora em Educação Matemática pela Universidade Anhanguera de São Paulo, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: profmonicams@yahoo.com.br

Raquel de Almeida Moraes
Doutora em Educação, professora Associada 4 da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Líder do Grupo Lattes do CNPq: GT História, Sociedade e Educação no Brasil no DF, HISTEDBR-DF - HISTEDBR.
E-mail: raquelmoraesbr@gmail.com

Rosália Policarpo Fagundes de Carvalho
Doutora em Educação Matemática pela Universidade Anhanguera de São Paulo, professora do Centro Universitário do Distrito Federal (UDF) e da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.
E-mail: rosalia.carvalho@udf.edu.br

Ricardo Gonçalves Pacheco
Doutorando em Educação pela Universidade de Brasília, professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: prof.ricardopacheco@gmail.com

Samira Bueno Chahin
Doutora em arquitetura e urbanismo pela Universidade de São Paulo, professora do Centro Universitário Facens, membro do Comitê Editorial do projeto Arquitetura e Escrita e do GT Territórios Educativos do Instituto de Arquitetos do Brasil, São Paulo.
E-mail: samira_chahin@yahoo.com.br

Valéria Nely Cézar de Carvalho
Doutora em História pela École Pratique des Hautes Estudes de Paris, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: carvalho.nely@gmail.com

Vera Margarida Lessa Catalão
Doutora em Ciências da Educação pela Universidade de Paris VIII, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
Email: veramcatalao@gmail.com

A Editora UnB é filiada à

Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Este livro foi composto em Adobe Garamond Pro.

Esta obra é mais uma etapa da história da educação no Distrito Federal. Seu recorte histórico abrange o período da ditadura militar no Brasil, com foco nos acontecimentos na área da educação e suas repercussões na rede de ensino local. Os desafios vividos naquele período de autoritarismo constituem experiências antagônicas ao ideário democrático fundante do sistema de ensino público inovador da capital brasileira. A construção do conhecimento histórico a esse respeito é essencial para que se compreenda a relação intrínseca entre educação e sociedade, bem como as estratégias de organização social adotadas para o enfrentamento à opressão política e ideológica que marcou toda uma geração de brasilienses.

Alice Fátima Martins | Antônio Carlos Andrade de Souza
Antônio Fávero Sobrinho | Ariane Abrunhosa
Claudia Paiva Carvalho | Cristiano Paixão | Carmyra Oliveira Batista
Denise Lucinda Farage | Edilene Simões Costa dos Santos | Eliane Brito
Erlando Reses | Eva Waisros Pereira | Haydée Ribeiro Coelho
Josefina Reis de Moraes | José Luiz Villar | Jorge Abrahão de Castro
Laura Maria Coutinho | Leila Chalub Martins | Leila Maria de Jesus Oliveira
Luciana de Maya Ricardo | Maria Andreza Costa Barbosa
Mariana Gonçalves Penna | Maria Alexandra Militão Rodrigues
Maria Lídia Bueno Fernandes | Maria Margarida Machado
Maria Paula Vasconcelos Taunay | Mônica Menezes de Souza
Raquel de Almeida Moraes | Rosália Policarpo Fagundes de Carvalho
Ricardo Gonçalves Pacheco | Samira Bueno Chahin
Valéria Nely Cézar de Carvalho | Vera Margarida Lessa Catalão